

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

*Presidente do Conselho Curador*  
Antonio Manoel dos Santos Silva

*Diretor-Presidente*  
José Castilho Marques Neto

*Assessor-Editorial*  
Jézio Hernani Bomfim Gutierre

*Conselho Editorial Acadêmico*  
Antonio Celso Wagner Zanin

Antonio de Pádua Pithon Cyrino  
Benedito Antunes

Carlos Erivany Fantinati  
Isabel Maria F. R. Loureiro  
Lígia M. Vettorato Trevisan  
Maria Sueli Parreira de Arruda

Raul Borges Guimarães  
Roberto Kraenkel  
Rosa Maria Feiteiro Cavalari

*Editora-Executiva*  
Christine Röhrig

*Editora-Assistente*  
Maria Dolores Prades

# A POLÍTICA ARMADA

## FUNDAMENTOS DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

---

HÉCTOR LUIS SAINT-PIERRE

Paulo H. T.  
p. Alegre, 10/2000.

Editora  
UNESP

## AS REVOLUÇÕES NA HISTÓRIA DA GUERRA

Alguns autores falam de revoluções, em sentido amplo, em diversas áreas, como a economia, a literatura, as comunicações, a ciência etc. Até com respeito à arte da guerra se identificam “revoluções”, como as indicadas por Gaston Bouthoul (Bouthoul & Carrère, 1979, p.68-9). Para esse autor, três são as datas de importantes mutações no desenvolvimento da teoria da guerra: 1775, com a irrupção do povo e da ideologia tanto na política quanto na guerra; 1914, com a aplicação bélica do poderio industrial; e 1945, com a utilização da arma nuclear. Concordamos com ele na importância histórica atribuída às duas primeiras revoluções, mas acreditamos que, em relação à terceira, Bouthoul não percebeu a magnitude da mudança que a arma nuclear introduzia na própria natureza da guerra.

A primeira revolução é marcada pela sublevação da população de uma colônia ultramarina contra o monarca na metrópole europeia: é a guerra da independência norte-americana (1775-1783). Essa novidade estratégica se consolidaria com o aparecimento da figura do cidadão, e com este o desenvolvimento dos exércitos nacionais, que provocaria alterações definitivas na concepção estratégica da época. Esse fato não passou despercebido para Clausewitz:

Enquanto se colocavam todas as esperanças em, segundo a visão tradicional, uma força militar muito limitada, uma força que ninguém imaginara fez a sua aparição em 1793. A guerra tornou-se subitamente de novo uma questão do povo, de um povo de 30 milhões de habitantes e todos se consideravam como cidadãos do Estado. (1979, p.772)

Até aquele momento, a estratégia corrente nos exércitos feudais era a manobra, o cerco, a posição; guerras tipicamente de desgaste nas quais se evitavam o confronto direto e a decisão, fundamentalmente pela falta de confiança no soldado mercenário que constituía o grosso dos exércitos. Com a aparição da figura do cidadão moderno e a adoção do sistema de recrutamento universal, introduz-se um componente fundamental na formação moral da tropa: a “idéia” de nação e o “amor pela pátria”, um motivo suficiente para justificar a morte em combate. Esse elemento, aparentemente supérfluo e talvez por isso freqüentemente negligenciado, permitiu o desenvolvimento de uma estratégia que procurava a decisão da guerra por meio do combate, da batalha final e decisiva: o “rolo compressor” que caracterizou a revolução estratégica introduzida pelo exército napoleônico.

Foi precisamente a figura do cidadão moderno livre-contratante o conteúdo histórico que faltou na teoria maquiaveliana da guerra. Com efeito, Maquiavel tinha antecipado *teoricamente*, com sua formulação do exército nacional,<sup>22</sup> o fundamento da estratégia napoleônica (fazendo a necessária ressalva pela pouca importância que o florentino deu à artilharia<sup>23</sup>). Ele pretendia extirpar do Exército os corpos de mercenários e de tropas estrangeiras por serem pouco confiáveis para procurar a decisão pelo combate. Como diz Eduardo Mei: “O Exército proposto por Maquiavel teria, portanto, um caráter popular. Ele seria formado basicamente pela Infantaria composta por camponeses que lutariam para defender suas terras dos invasores estrangeiros e da cobiça dos seus conterrâneos poderosos” (1994, p.12). Lamentavelmente para a Itália, naquele momento a concepção estratégica maquiaveliana não pôde ser posta em prática: o mundo teria que esperar alguns séculos e uma revolução burguesa para poder contar com a figura plenamente desenvolvida do cidadão livre: a carne, o sangue e os ossos do projeto maquiaveliano de exército nacional.

Devemos concordar também com Gaston Bouthoul quanto à importância concedida às alterações introduzidas pelo desenvolvi-

22 Ver, de Maquiavel, especialmente, *O príncipe* e *A arte da guerra*.

23 Este aspecto é notado, entre outros, por Félix Gilber, 1986.

mento industrial na Primeira Guerra Mundial, não apenas por ser a “guerra da indústria”, mas pela incorporação de inúmeros avanços técnicos na arte da guerra. Ainda assim, devemos reconhecer, como contrapartida, a importância da guerra como “parturiente” do próprio desenvolvimento industrial.<sup>24</sup> O aumento da capacidade de tiro da Primeira Guerra Mundial paralisou o avanço dos grandes exércitos e fixou as frentes de combate, constituindo a “guerra de trincheiras” que a caracterizaria. A arte da guerra esperaria pouco tempo nas trincheiras, antes que o desenvolvimento tecnológico lhe fornecesse as armas que tornariam ineficaz esse tipo de defesa e a projetassem para novas formas de luta.

Todavia, discordamos do autor com respeito à importância que ele concede à introdução do armamento nuclear na estratégia da guerra contemporânea, diminuindo a magnitude do impacto desta sobre a teoria da guerra em particular, mas também sobre a teoria política em geral. Na realidade, a incorporação dessa nova arma, com a possibilidade de destruição total, não apenas do inimigo, mas virtualmente de toda forma de vida sobre a face da Terra, provocou uma mudança radical na própria *natureza* da guerra. Se até o aparecimento do armamento nuclear o objetivo de toda estratégia podia se caracterizar positivamente, desde que sua qualidade consistisse na capacidade de vencer, isto é, não apenas de impor sua vontade política, mas de maneira que os custos da vitória fossem suportáveis. O fato novo que introduz o armamento nuclear é que dificilmente uma vitória – se assim pudesse ser chamada – chegaria a compensar os custos dessa guerra. Como diz o general Beaufre: “Com a arma nuclear se produz um fenômeno inteiramente novo: qualquer que seja o resultado da luta, vencedor e vencido – se existirem ainda tais distinções – teriam de pagar o

24 Foi a partir das necessidades tecnológicas dos engenheiros napoleônicos para lograr o canhão de uma única peça, que eles desenvolveram o torno que permitiu construir cilindros perfeitos. A partir da calibragem correta dos cilindros, pôde ser construída a primeira bomba de sucção utilizada para retirar a água que inundava as minas de carvão na Grã-Bretanha. Finalmente, a partir da bomba de vácuo, todos os elementos necessários para a construção da máquina a vapor estavam ao alcance do engenho, da iniciativa e das necessidades das novas classes emergentes.

preço exorbitante das destruições atômicas, por não poder se proteger eficazmente delas” (1980, p.22). Se o objetivo “natural” da guerra é impor a vontade ao inimigo,<sup>25</sup> e as armas apenas os meios para consegui-lo, a utilização do poder nuclear como meio anula aquele objetivo: *é impossível impor nossa vontade a um morto*. Aliás, considerando o equilíbrio nuclear, assim como a proliferação e distribuição de artefatos nucleares ameaçando praticamente todo o mundo, o objetivo político da guerra é duplamente negado. Não apenas porque é impossível impor a nossa vontade a um morto, como dissemos antes, mas também, porque *é impossível que um morto imponha sua vontade a quem quer que seja*. Assim, a arma nuclear mostra-se ineficaz como instrumento da política: até sua aparição os fins políticos eram procurados por meio da vitória militar, mas, com ela, a vitória – se existir algo semelhante na guerra atômica – é sempre incerta, inviabilizando a guerra como instrumento da política. Nas palavras de Beaufre (1980, p.22): “daí que se trate de alcançar o objetivo político, não pela vitória militar, capacidade positiva que se tornou demasiado perigosa ... mas, por meio de uma capacidade negativa que permita evitar a grande prova de força”.

O armamento nuclear anula a guerra como meio da política. Se a guerra, como queria Clausewitz e admitiu o marxismo-leninismo,<sup>26</sup> é a “continuação da política por outros meios”, sua natureza não pode fugir dos limites definicionais da política, isto é, a guerra, como manifestação da política, deverá manter em todas suas características a essência desta. Com efeito, como poderíamos manter a definição clausewitziana da guerra se esta, pela utilização de determinados meios nucleares, negasse a política?

Precisamente pela incomensurabilidade do poder de destruição da arma atômica, a guerra nuclear se inviabiliza como meio da política. De maneira tal que a aparição da tecnologia nuclear para fins bélicos cria um abismo conceitual tanto na natureza da guerra quanto da política. O impacto provocado pela arma nuclear e a

possibilidade virtual de destruição total sobre a teoria da estratégia foram denominados “estratégia da dissuasão”.<sup>27</sup> Essa estratégia dominou, durante a segunda metade de nosso século, o panorama teórico das relações de forças mundiais. A dissuasão forneceu uma “tensa paz” ou a chamada “Guerra Fria”, apenas crivada por guerras de baixa e média intensidade e várias revoluções e guerras de libertação na periferia das grandes potências. A possibilidade da mútua destruição manteve paralisado o gatilho nuclear das duas superpotências. Como diz o general Beaufre: “Essa contradição fundamental entre a enormidade do perigo e o benefício do risco é uma das características essenciais de nossa época” (1980, p.18).

Em resumo, a introdução da arma nuclear, a nosso ver, não constitui uma “revolução” na arte da guerra, como pretende Bouthoul, mas a negação conceitual desta como manifestação bélica da política. A função instrumental do armamento nuclear é de ameaça. Trata-se basicamente de dissuadir o inimigo de utilizar o seu armamento nuclear, por meio da ameaça de retaliação. Portanto, se a guerra é a instrumentalização da política, como pretende Clausewitz, a ameaça de utilização desse tipo de armamento denuncia a política terrorista das grandes potências nuclearizadas. Essa situação internacional, que torna qualquer Estado não-nuclearizado refém político dos que possuem armamento nuclear, justifica o conceito de “equilíbrio do terror” que definiu as relações internacionais nas últimas décadas. Hoje, depois da queda do muro de Berlim e da dissolução do mundo bipolar em que a dissuasão nuclear reinava soberana, a ameaça nuclear continua. Não apenas pelas milhares de ogivas distribuídas por vários continentes (estas, pelo menos em princípio, oficialmente controladas, e que poderiam ser utilizadas no fragor dos conflitos que arrefecem as relações de forças em várias regiões do mundo), mas, sobretudo, pelo descontrole efetivo sobre a totalidade do armamento nuclear,

25 Ver Clausewitz, 1979, especialmente, livro I, cap.1.

26 Para avaliar o impacto da teoria da guerra de Clausewitz no pensamento marxista, ver a antologia organizada por Ancona, 1979.

27 Entre os que estudaram este aspecto da introdução da arma nuclear – o chamado “equilíbrio do terror”, que em última análise foi a razão nestes últimos 40 anos de “relativa paz mundial” –, destacamos Beaufre, 1980; e Aron, 1976 e 1962.

que fornece a possibilidade de, pela corrupção, o crime organizado comercializar material nuclear.<sup>28</sup>

Por outro lado, algo que Gaston Bothoul parece não levar em conta e que nós, em compensação, consideramos um fato relevante na história da guerra foi a transformação da população civil em alvo militar.<sup>29</sup> Foi na Espanha, durante a Guerra Civil (1936-1939),<sup>30</sup> que foram testadas as novas técnicas e táticas de combate empregadas posteriormente em vasta escala durante a Segunda Guerra Mundial. Embora todas cruéis, entre elas se destaca a tática da “cortina de bombas”, não apenas pela sua brutalidade – genialmente captada na pintura *Guernica* por Pablo Picasso –, mas fundamentalmente por incluir entre os alvos preferenciais a população civil. Não nos interessa discutir aqui as conseqüências éticas, nem o efeito militar dessa tática, nem sequer as considerações técnicas dela decorrentes. Chamamos a atenção não apenas para a ampliação do “teatro de guerra”, abarcando agora também os centros densamente povoados, mas, sobretudo, para a crescente indiferenciação entre o campo civil e o militar na guerra contemporânea.<sup>31</sup> A experiência nazi-fascista durante a Guerra Civil Espa-

28 Na sua guerra de libertação nacional, para citar um exemplo, os chechenos ameaçaram a Rússia com ataques terroristas nucleares em seu território, e o mais aterrador é que nem o governo nem as forças armadas russas têm condições de saber com certeza absoluta se se trata de um blefe ou se de fato os guerrilheiros chechenos possuem algum artefato nuclear. Desta vez foi na Rússia, mas amanhã pode ser em qualquer outra parte. As ogivas nucleares hoje parecem estar disponíveis no mercado, ao alcance de qualquer grupo terrorista relativamente bem financiado. Se isso acontecer, pela primeira vez na história (e a situação da Chechênia talvez seja o caso) o terrorismo deixará de ter uma função meramente tática e poderá visar objetivos estratégicos.

29 Não estamos esquecendo aqui as guerras religiosas nem as étnicas, em que o extermínio da população civil se impõe como fim político. Porém, como objetivo tático, posterior às convenções que regulamentaram e “humanizaram” as guerras modernas, a primeira vez que se utilizaram dessa tática de maneira sistemática foi no bombardeio à feira de Guernica, pela técnica da “cortina de bombas” executada pela aeronáutica alemã.

30 Sobre a Guerra Civil Espanhola, recomendamos a leitura de Raymond Carr, 1986.

31 Discordamos de Hannah Arendt quando ela afirma que “as sementes da guerra total se desenvolveram a partir da Primeira Guerra Mundial, quando a distinção entre soldados e civis deixou de ser respeitada, por ser inconsistente com as

nhola da tática de bombardeamento aéreo de cidades, que fora posteriormente utilizada em larga escala por ambos os lados do conflito durante a Segunda Guerra,<sup>32</sup> teve seu paroxismo convencional nos bombardeios aliados sobre Dresden em fevereiro de 1945 e o nuclear sobre Hiroshima e Nagasaki.

## A NATUREZA DA GUERRA

Clausewitz estudou a guerra focalizando a sua natureza, procurando sua essência por meio da sua radicalização conceitual. Seu intento foi fazer uma *teoria* da guerra, para o que ele achou imprescindível analisá-la na sua forma absoluta. Para Clausewitz (1979, p.709), a teoria tem o objetivo “de dar o primeiro lugar à forma absoluta da guerra como a um ponto de referência, de modo que aquele que quer aprender alguma coisa em teoria nunca se habitue a perdê-lo de vista”. Ele adverte permanentemente que, assim considerada, *a guerra absoluta nunca deve ser confundida com sua aparição concreta e histórica*. A consideração da guerra na sua natureza (a essência da guerra, como ele mesmo diz) pode nos

armas então usadas” (1988, p.12). Eric Hobsbawm é menos enfático que Arendt, reconhecendo que os civis não constituíam, ainda, o objetivo específico da guerra: “A Primeira Guerra Mundial foi a que atingiu especificamente as populações civis do inimigo, *embora os civis não fossem ainda o alvo principal dos canhões e das bombas*” (1995b, p.19 – grifo nosso). Dissemos que discordamos de Arendt porque, na Primeira Guerra Mundial, a população civil ainda não constituía um objetivo militar: os combates se desenvolviam no limite do campo de batalha contra as forças armadas inimigas. Por outro lado, o bombardeio aéreo alemão sobre Guernica foi o primeiro desse tipo e seu objetivo foi claramente atingir a população civil, por isso foi num domingo e, especialmente, sobre uma feira.

32 Normalmente, durante o desenvolvimento de uma guerra, tanto as táticas quanto os meios de combate vão sendo copiados e adaptados pelos exércitos enfrentados. No final da guerra quase sempre o desenvolvimento tecnológico bélico é aplicado paralelamente em ambos os lados da linha de frente. Trotsky tinha percebido esse aspecto durante a guerra civil na Rússia: “Finalmente pode se dizer que como conseqüência de uma longa guerra civil os métodos militares de ambos os campos se aproximam ... Quando se combate durante muito tempo, os inimigos acabam por aprender um do outro: rejeitam o inútil e remedeiam as carências” (1973, p.122).

auxiliar a compreender, a conduzir e evitar as guerras históricas, mas devemos observar o preceito metodológico de nunca confundir a guerra com a própria realidade. A guerra, considerada na sua natureza essencial, aproxima-se conceitualmente do que Max Weber denominou “tipos ideais”,<sup>33</sup> isto é, instrumentos conceituais que auxiliam na compreensão dos fenômenos concretos, na sua ordenação e sua classificação.

A primeira definição que Clausewitz nos oferece da guerra é totalmente desprovida de características conjunturais: “*A guerra é, pois um acto de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade*” (1979, p.73 – grifo do autor). Aqui aparecem apenas dois sujeitos, dois inimigos que combatem para impor a vontade um ao outro, para que prevaleça a vontade do vitorioso. Dessa maneira, Clausewitz poderá analisar a guerra na sua natureza como um duelo, pois, em última análise, para ele, a guerra é um duelo generalizado: “A guerra nada mais é que um duelo em uma vasta escala” (ibidem). Nessa primeira definição da guerra, aparecem apenas dois elementos definicionais: o meio, que é o uso de violência física, e o fim, que é a imposição de nossa vontade ao inimigo. O que promove a guerra, seu fim, é a prevalência de uma vontade sobre outra. Para lograr esse fim deve-se desarmar o inimigo, “sendo esse desarmamento, por definição, o objetivo propriamente dito das operações de guerra” (ibidem), isto é, deveremos retirar dele sua capacidade e vontade de resistência; como a resistência é um ato de violência (é o primeiro ato de violência<sup>34</sup>), só conseguiremos esse objetivo aplicando uma violência maior e contrária àquela que o inimigo oferece para resistir à nossa vontade. O objetivo natural da guerra, como afirma nosso autor, é o aniquilamento do inimigo, isto

33 Max Weber (1982) desenvolve sua teoria dos “tipos ideais” especialmente no seu artigo “La ‘objetividad’ cognoscitiva de la ciencia social y de la política social (1904)”. Analisamos o tema dos “tipos-ideais” propondo uma exaustiva classificação deles no livro *Max Weber: entre a paixão e a razão* (Saint-Pierre, 1991, espec. nas p.67-87).

34 Para Clausewitz, a primeira violência não é realizada por quem tem a iniciativa na guerra, mas por aquele que resiste à iniciativa: o invasor não utilizaria da violência se o invadido se deixasse invadir “pacificamente”, isto é, se não oferecesse resistência à invasão.

é, o princípio absoluto que move ambas as partes de uma guerra é o “princípio puro de hostilidade”. Mas esse objetivo se realiza apenas no plano “ideal” da guerra absoluta. No plano empírico da realização da guerra, esse princípio, comum a ambas as partes, limita-se e atenua, dando lugar a ações de força limitadas e controladas: “Não há, portanto, dois elementos mutuamente destrutivos que entram em colisão, mas antes tensões entre dois elementos ainda separados que se descarregam em pequenos choques espaçados” (1979, p.707).

Nas passagens citadas podemos notar a distinção que para Clausewitz existe entre “fim” e “objetivo”: o fim *da* guerra é a imposição de nossa vontade, o objetivo *na* guerra é desarmar o inimigo e assim conduzi-la ao fim. Essa distinção é importante para compreender a relação que para o autor existe entre a política e a estratégia, pois, como veremos, a primeira se vinculará estreitamente ao término da guerra, já que é a política que o determina, enquanto a segunda se relaciona com o objetivo da guerra, já que é a estratégia – decidida a criar as condições que possibilitem a realização do fim político – que o definirá conforme as condições objetivas e a extensão dos recursos bélicos à disposição. Não discutiremos aqui todos os aspectos concernentes ao estudo da guerra, não nos deteremos para analisar seus elementos: pouco ou nada teríamos a agregar ao dito pelo autor. Todavia, penetrando nas considerações técnicas, correríamos o risco de tornar pesada a marcha de nosso raciocínio. Agora analisaremos a imbricação da guerra e da política, que é o que convém ao nosso trabalho. Para isso, deter-nos-emos no livro VIII *Da guerra*, intitulado “O plano da guerra”.

## A GUERRA E A POLÍTICA

Freqüentemente ouvimos falar do fim das relações políticas entre dois Estados quando estes se declaram reciprocamente inimigos e começam a realizar hostilidades. Como se o começo das hostilidades, do relacionamento bélico, fosse a negação da política. Hannah Arendt, como veremos no capítulo sobre a violência, parece simpatizar com essa posição. No fundo dessa concepção encontra-se a idéia de que a violência é refratária à política, e que esta cessaria

quando aquela começasse. Desse ponto de vista, começadas as ações bélicas, a condução destas ficaria a cargo e responsabilidade da “lógica” específica da guerra. Daí expressões do tipo: “dadas as circunstâncias e em conformidade com a lógica da guerra, não cabiam outras medidas”, ou “pela exigência da lógica da guerra tivemos que utilizar esses meios”. Como se a guerra tivesse uma “inteligência” interna e autônoma da vontade dos homens, de maneira tal que, uma vez iniciadas as hostilidades, as operações bélicas saíssem do controle da política e seguissem uma ordem intrínseca à própria guerra. Dentro dessa visão, os governantes se tornariam reféns dos rumos que pudessem tomar os acontecimentos militares. Aqueles apenas decidiriam abandonar os caminhos diplomáticos e declarar a guerra, e nisso consistiria o seu último ato de governo. A partir dele, tudo seguiria o rumo “lógico” que o *Nomos* do deus Marte ditasse. Apenas os generais teriam a compreensão técnica dos acontecimentos e poderiam decidir e responsabilizar-se por eles. Contra essa visão é que Clemenceau lançou sua célebre máxima: “A guerra é demasiado séria para deixá-la em mãos dos generais”.

Recorre-se à guerra como substituição ou reforço da ação diplomática quando esta se mostra impotente para fazer prevalecer certos interesses do Estado no âmbito internacional.<sup>35</sup> A diplomacia é apenas um dos instrumentos das relações interestatais e, quando ela não é eficaz, é auxiliada pela força. A guerra realiza essa substituição na esfera dos meios, mas a decisão sobre os objetivos e os meios do Estado permanece prerrogativa do chefe de Estado e na sua esfera de competência, que é a política. Em última análise, a política, como vontade e inteligência do Estado,<sup>36</sup> é quem determina qual o meio mais eficaz para atingir seus interesses, se os meios pacíficos da diplomacia ou os violentos da guerra. Se de fato a política cessasse quando a guerra se iniciasse, isto é, se a estratégia assumisse todo o controle das relações com a outra

35 Ver, de Raymond Aron, 1986a, especialmente a primeira parte, cap. I e II.

36 Na nossa época, o Estado é a representação do sujeito da política internacional, mas poderia ser outro sujeito, pois houve política antes da criação moderna do Estado e, provavelmente, haverá política depois que toda forma de Estado tenha desaparecido da face da Terra. O Estado é apenas *uma* das possíveis representações do sujeito político, mas de forma alguma a única.

parte, toda guerra, para usar o conceito de Clausewitz, seria “absoluta”, na qual se imporia o aniquilamento total do inimigo. Com efeito, se a política calasse, como pretendia Hannah Arendt,<sup>37</sup> quando iniciadas as operações bélicas, quem procuraria a negociação, e por que meios, para pôr fim à guerra? Ora, se a guerra fosse apenas a substituição da política, todo conflito acabaria necessariamente com a eliminação de um dos lados.

Analisada do ponto de vista puramente conceitual, isto é, na sua radicalidade *idealtípica*, uma das leis que comandam a guerra é a de “ascensão aos extremos”. Esta lei expressa a tendência a reagir a uma ação violenta com outra de maior intensidade. Colocada na relação dialética de dois adversários, essa lei levaria cada um ao exercício de toda a potência, a aplicar todos os recursos disponíveis até eliminar definitivamente o inimigo. Mas quando passamos do âmbito da especulação teórica para a histórica, devemos incorporar à compreensão do fenômeno da guerra uma série de fatores (históricos, geográficos, sociológicos, culturais, econômicos, psicológicos, climáticos etc.) que funcionam como atenuantes daquela lei. Poderíamos dizer que, quando a guerra é considerada não na sua essência, na radicalidade conceitual, mas na sua existência concreta, ela é o resultado de uma decisão sobre uma série de fatores que a influenciam, “em que” – diz Clausewitz – “a dedução lógica rigorosa se perde muito freqüentemente e se torna um instrumento inútil e ineficaz do cérebro”<sup>38</sup> e que, portanto, essa decisão só pode ser política. A política não apenas decide quando passar da diplomacia para a guerra, mas também quando negociar seu fim, assim como quais serão os meios empregados e até que ponto. Com respeito à tese que defende a autonomia da guerra com rela-

37 Ver Arendt, 1988, especialmente a Introdução. Retomamos esta questão no próximo capítulo, em “Guerra internacional e guerra revolucionária”.

38 Clausewitz, 1979, p.709. Esta sentença mantém uma notável atualidade nesta época em que se repetem incansavelmente as desastrosas substituições do gênio político-militar pela “inteligência” fria e racional dos computadores. O caso mais emblemático foi a administração racional que o chamado “Grupo de Michigan” praticou na Guerra do Vietnã: segundo todos os cálculos, os americanos estariam ganhando a guerra. Só que esqueceram dois pequenos detalhes: primeiro, que a guerra não é virtual, mas real; não se ganha nas telas do computador, mas no campo de batalha; segundo e principal, que *a guerra é sempre política*.

ção à política, vejamos a afirmação de Clausewitz que, em razão de sua relevância, reproduzimos por extenso:

a guerra nada mais é senão a continuação das relações políticas, com o complemento de outros meios. Dizemos que se lhe juntam novos meios, para afirmar ao mesmo tempo que a guerra em si não faz cessar essas relações políticas, que ela não as transforma em qualquer coisa de inteiramente diferente, mas que estas continuam a existir na sua essência, quaisquer que sejam os meios de que elas se servem, e que os principais filamentos que correm por meio dos acontecimentos de guerra e aos quais elas se ligam não são mais que contornos de uma política que se prossegue pela guerra até a paz. (1979, p.737)